

humanitas

Vol. LI

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



HUMANITAS

Vol. LI • MCMXCIX



SANTIAGO GARCÍA-JALÓN DE LA LAMA, *La gramática hebrea en Europa en el siglo XVI: Guía de lectura de las obras impresas*. Salamanca, Publicaciones Universidad Pontificia de Salamanca, 1998. 206 pp.

Nesta obra o autor propõe-se oferecer uma visão de conjunto da gramática hebraica no século XVI, prestando exclusiva atenção a gramáticas ou tratados sobre questões linguísticas e deixando de parte comentários exegéticos ou teológicos. Pretende ainda determinar em que medida os hebraístas do século XVI seguiram na esteira da tradição gramatical da Idade Média e em que medida foram inovadores.

O livro em apreço está organizado em duas partes, de extensão aproximadamente equivalente. A primeira intitula-se “Estudio histórico” e contempla uma visão panorâmica dos estudos de gramática hebraica, desde os tempos da Idade Média até aos finais do século XVI. A segunda parte, consagrada à “Descripción de los contenidos”, dedica pormenorizada atenção a cada uma das quatro componentes tradicionais das gramáticas de hebraico no século XVI: 1. Grafia e fonética; 2. Formações nominais; 3. O verbo; 4. Os consignificativos e os apêndices sobre acentos, poética e sintaxe (apêndices estes que passam a integrar a gramática de hebraico a partir de meados do século XVI). A obra termina com uma extensa bibliografia (pp. 169-186) e quatro índices (índice de nomes de pessoas, lugares e instituições, índice de títulos latinos das obras citadas, índice de títulos em hebreu das obras citadas e índice geral), que em muito facilitam a sua consulta.

A história do estudo e ensino da língua hebraica foi periodologicamente estruturada em quatro momentos, balizados por datas significativas que constituem um marco e uma viragem do ponto de vista dos estudos hebraicos e que como tal devem ser tidas:

1. Os estudos de hebraico antes de 1506.
2. O período das grandes gramáticas: de 1506 a 1529.
3. Primeira fase dos estudos hebraicos no Collège de France: de 1530 a 1566.
4. O último terço do século XVI.

A respeito do primeiro momento, García-Jalón dá conta das dificuldades que houve em implantar nas universidades medievais o estudo do hebreu e do árabe, desde que, por iniciativa de Raimundo Lull, em 1312, os estudos de hebraico, até então confinados à ordem dos pregadores, foram introduzidos na Universidade, por decreto do concílio de Viena, até que, em 1434, o concílio de Basileia se viu forçado a renovar as disposições do concílio anterior, decretando que em todas as universidades se haveriam de constituir duas cátedras para o ensino das línguas bíblicas e do árabe. O objectivo era o mesmo: a evangelização, o proselitismo religioso a exercer junto de muçulmanos e de judeus. A partir de meados do século XV, contudo, assiste-se a uma nova atitude face ao estudo destas línguas: a língua santa aprende-se para um melhor conhecimento do texto do Antigo Testamento, passando o árabe a deter um lugar secundário (pp. 11-13). É nesta nova direcção que, depois de um primeiro período ainda consagrado a estudos introdutórios sobre como ler e compreender o

hebraico (refiram-se, de passagem, os trabalhos de Conrad Pellikan, Mateo Adriano, Antonio de Nebrija, além de inúmeras obras anónimas com o título de *Alphabetum Hebraicum*), surge o período das grandes gramáticas de hebraico, período esse que vai, segundo García-Jalón, de 1506 (ano assinalado pela “editio princeps” da gramática de Iohannes Reuchlin, o *De Rudimentis Hebraicis*) a 1529 (o ano em que foi publicada, em Lovaina, a *Tabula in Grammaticen Hebraeam* de Nicolas Cleynaerts, mais conhecido entre nós por Nicolau Clenardo). “En los vintitrés años que median entre ambas fechas, publican sus tratados Elías Levita, Abraham de Balmes, Santi Pagnini y Alonso de Zamora.” (p. 25).

O terceiro período, que decorre de 1530 a 1566, é preenchido pelo trabalho dos hebraístas desenvolvido no Colégio de França. Graças à actividade destes professores no Colégio parisino, o conhecimento da gramática hebraica alcança a sua plenitude no século XVI. Guidaccerio, Guillaume Postel, A. Restaud de Coligny, Ralph Baines, Jean Mercier, Jean Cinquarbres e Gilbert Genebrard, são os nomes dos maiores professores de hebraico naquela instituição fundada por Francisco I. Para ajuizar da importância do Collège de France nos estudos hebraicos, basta dizer, como fez García-Jalón: “Por decirlo de algún modo, el currículum de un hebraísta de la época no es completo si no ha pasado por el Colegio de Lectores Reales” (p. 43). Mas houve também outras escolas de hebraístas, nomeadamente na Alemanha e na Suíça, nas quais se destacaram professores pertencentes à Reforma. Em Espanha e na Itália verifica-se uma atenção menor aos estudos hebraicos, em meados do século. Na opinião do autor, foi o domínio prestigiado dos Colégios trilingues de Paris e Lovaina que fez com que a Itália e a Espanha perdessem grande parte do seu vigor (p. 47). A criação, em Salamanca, do Colégio Trilingue, apoiado por Filipe II, restabeleceu um tanto os estudos hebraicos em Espanha, uma recuperação que se reflecte na publicação de várias gramáticas hebraicas (p. 61). A este propósito registre-se que, apesar da tradição dos estudos de hebraico em Portugal e apesar de ser referida bibliografia atinente a estes estudos (nomeadamente os trabalhos de Manuel Augusto Rodrigues), é bastante escassa a atenção que ao estudo do hebraico em Portugal é dedicada. Depois da actividade, entre nós, de Nicolau Clenardo, outros se interessaram pela matéria, e destes apenas são referidos Estêvão de Couto, Francisco de Távora (p. 61) e Luís de São Francisco (que uma galha persistente teimou em transformar em Saõ Francisco...). Se é verdade que no domínio estritamente gramatical (o domínio abrangido pelo presente estudo) não é possível avançar muito mais, também é verdade que os estudos filológico-exegéticos não deixaram de se fazer e suscitaram grande interesse entre nós, como amplamente provou o já referido professor Manuel Augusto Rodrigues.

No último período assiste-se, de acordo com García-Jalón, a uma consolidação dos conhecimentos sobre as línguas semíticas e atende-se sobretudo à necessidade de expor a matéria com rigor, clareza e consciência pedagógica. Detaca-se neste campo a actividade do navarro Pedro Martínez, não apenas pela sua preocupação didáctica, mas também por ser dele uma das primeiras gramáticas do hebraico traduzidas em vernáculo. É também neste período que às questões elementares da

gramática tradicional vão sendo acrescentados apêndices sobre a poética, os acentos e a sintaxe.

Ainda no estudo histórico relativo ao último terço do século XVI, García-Jalón inclui uma alínea particularmente curiosa que fala da atitude dos gramáticos de hebraico no que diz respeito aos judeus. De quem se dedicava a estudar a língua sagrada seria de esperar que visse com olhos favoráveis o povo judeu. Ora isto, ainda que o caso possa parecer paradoxal, não acontecia. Na verdade, a visão do judeu é, mesmo neste tipo de texto (gramatical), geralmente depreciativa, ora assa-cando-lhe responsabilidades na perda da antiga poética bíblica (p. 69), ora acusando-o de incompetência na interpretação do texto bíblico, por ignorar a gramática da língua (pp. 70-72). Mas vestígios de polémica religiosa e o desejo de evitar a acusação de judaizante, a que estavam sujeitos muitos dos que se dedicavam ao estudo do hebraico, podem, segundo García-Jalón, justificar este aparente paradoxo.

A segunda parte (“Descripción de los contenidos”) expõe o conteúdo das gramáticas hebraicas do século XVI em função dos aspectos que mais regularmente são nelas tratados. Como se disse acima, começa-se por caracterizar os sons da língua hebraica; depois dedicam-se páginas às *partes orationis*, que tenderam a reduzir-se, das oito que constavam das gramáticas das línguas clássicas, a três: o nome, o verbo e os consignificativos. De acordo com as orientações filosóficas ou filológicas dos gramáticos, assim eram diferentes as posições doutrinárias sobre aquelas matérias, havendo autores, como Guidaccerio ou Alonso de Zamora, que defendiam as oito *partes orationis*, enquanto outros as reduziam a duas (o verbo e o que o não é); os estudos de grafia e fonética, no entanto, não começavam sem que previamente se tivesse discutido a santidade do hebraico e a sua preeminência perante as restantes línguas.

De um modo geral, esta segunda parte revela-se, se comparada com a feição histórica da primeira, muitíssimo mais interessante, porquanto são expostas com largueza de pormenores, e com transcrição das opiniões (por vezes muito discordantes) dos principais hebraístas, as reflexões sobre a teoria da gramática destes humanistas que eram também profundos conhecedores da problemática gramatical inerente às línguas clássicas. Ora, ao longo do século XVI, foi através da língua franca de então (o latim), e da terminologia gramatical latina mais generalizada, que os hebraístas conseguiram transmitir os ensinamentos relativos a uma língua de há séculos fixada por escrito, mas nem por isso fácil de explicar e de reduzir a regras gramaticais. Será já no último terço do século que, como aconteceu com gramáticas de outras línguas, começam a surgir as gramáticas em vernáculo.

Sem poder pronunciar-me quanto ao que García-Jalón escreve sobre a índole do hebraico e quanto à forma como vem escrito ou transcrito nesta obra, cingí-me, por isso, num propósito forçosamente limitado, a fazer uma simples apresentação da mesma. Creio, todavia, poder afirmar que esta obra presta um grande serviço a quem, sem saber hebraico, deseja conhecer os princípios gerais e os mecanismos de funcionamento da língua e sobretudo, porque não se trata de um manual de gramática mas de um estudo geral sobre as gramáticas de hebraico no século XVI, as questões

teóricas (referentes a esta língua) mais frequentemente debatidas nas gramáticas de então. Além disso, vale a pena ler um estudo que revela como essas considerações teóricas e as rubricas constitutivas da gramática da denominada “língua sagrada” documentam uma terminologia que nos habituámos a encontrar nas gramáticas das línguas clássicas (grego e latim), apesar da diferença abissal que separa destas as línguas semíticas.

Virgínia Soares Pereira

LAURENTIVS VALLA, *De reciprocatione 'sui' et 'suus'*. Édition critique avec une introduction et une traduction par Elisabet Sandström. Göteborg, Acta Vniuersitatis Gothoburgensis, 1998. xcvii + 91 pp.

Num volume de excelente e sóbria apresentação gráfica, o leitor interessado dispõe agora da primeira edição crítica do *De reciprocatione 'sui' et 'suus'* (em abreviatura: *RSS*) de Lorenzo Valla. O texto estava longe de ser desconhecido: sendo a sua primeira edição de c. 1471, em Paris, sucederam-se as impressões: entre muitas outras, a famosa edição de Basileia de 1540 voltou a ser publicada em 1543 e é retomada na edição dos *Opera Omnia* de Valla preparada por Eugenio Garin em 1962. O Apêndice I (pp. 77-80) contém um largo repertório, embora declaradamente não exaustivo, das edições dos séculos xv, xvi e xvii que incluem a obra em apreço. Segundo a autora da presente edição justificava-se, contudo, uma edição crítica, porquanto as existentes continham deficiências a necessitar de correcção.

A obra está organizada em duas partes. A primeira (pp. ix-xcvii) é consagrada à “Introdução” e desenvolve os seguintes pontos: 1. A obra, o autor e a datação; 2. As *Elegantiae*, o *RSS* e a tradição gramatical; 3. O estabelecimento do texto; 4. Observações à edição crítica e à tradução. A segunda parte (pp. 1-91) engloba a edição crítica (com aparato crítico e aparato de fontes) e, *pari passu*, a tradução, acompanhada de abundantes e esclarecedoras notas, que comentam certas opções tomadas na fixação do texto. Seguem-se dois apêndices, a Bibliografia e, a fechar, um “Index Fontium”.

Escrito entre 1449-1450, o *RSS* é um opúsculo de teor normativo que, segundo o próprio Valla, deve ser considerado um complemento às *Elegantiae Linguae Latinae*, a sua obra de maior fôlego (e a verdade é que figura geralmente depois do livro VI das *Elegantiae*, nas edições dos séculos xv, xvi e xvii). Na carta prologal que dirige a Giovanni Tortelli d’Arezzo, que conhecera em Florença e a quem dedica o opúsculo, Valla solicita ao amigo benevolência e não desprezo por uma obra que, aparentemente sem interesse, se revela da mais alta importância para quem quiser aprofundar os seus conhecimentos numa matéria que, à semelhança do labirinto de Creta com o seu Minotauro, tantas dificuldades levanta. A fim de dar conta destas dificuldades – mas confiante em que será capaz de as ultrapassar (a confiança dos humanistas!) –, Valla compara o pronome da terceira pessoa ao deus Plutão e ao lugar que ocupa entre os seus outros dois irmãos (Júpiter e Neptuno), recorrendo a este